



ATA DA CENTÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e cinquenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e público aqui presente. *“Ata da Centésima Quarta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** – *Lida e aprovada a Ata de número Cento e Dezenove da Centésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nº 76 a 78/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 168.0.073.0186/2024, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 129/24 da Fundação Nacional de Saúde; Ofício nº 3.659/2024, da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 346/2024, da Prefeitura Municipal de Fátima do Sul; Ofícios nºs 3.166, 3.230, 3232 e 3.252/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados.* **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – *Usaram da palavra os deputados Marcio Fernandes, Pedro Kemp, Gleice Jane, Junior Mochi, Antonio Vaz, Roberto Hashioka e Lia Nogueira. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Zé Teixeira, Coronel David.* **GRANDE EXPEDIENTE** – *Usou da palavra a deputada Gleice Jane.* **ORDEM DO DIA** – *Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 231/2024, de autoria Poder Executivo; Projeto de Lei nº 187/2024, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 129/2024, de autoria do deputado Junior Mochi. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Resolução nº 113/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Fernando Inácio Ramos de Oliveira; requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à deputada federal Erika Hilton (Psol/SP), pelo projeto de emenda constitucional, de sua autoria, que propõe o fim da escala de trabalho seis por um, na qual o trabalhador tem apenas um dia de folga a cada seis dias de trabalho, a ser encaminhada ao deputado Federal Arthur Lira, (PP/AL), presidente da Câmara dos Deputados, com voto contrário do deputado João Henrique; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada aos jovens atletas Enzo da Silva e Davi Andrade da Silva, ambos naturais de Bataguassu, pela convocação para participar da Mediterranean International Cup (MIC), campeonato internacional de futebol a ser realizado na Espanha, em abril de 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao Hospital São Julião, pela conquista do Troféu Seriema, honraria recebida em reconhecimento às boas práticas de sustentabilidade ambientais, sendo a primeira unidade hospitalar do país a atingir índice de 82% de desvio de resíduos sólidos do aterro sanitário; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David,*



endereçada à senhora *Thaís Bononi Gomes Segóvia*, enfermeira da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, em reconhecimento ao prestar socorro a um senhor que havia sofrido uma queda e em decorrência disso ter sofrido um corte no supercílio, e também pelo fato de prestar atendimento a um jovem que após uma discussão que terminou em violência física, acabou sofrendo um corte no crânio; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado *Lidio Lopes*, endereçada à *Amazona Alanis de Carvalho Gomide*, pela convocação para representar a *Federação Sul-Mato-Grossense de Hipismo na Copa Brasil*, que acontecerá na *Sociedade Hípica Paulista-SHP*, nos dias 12 a 15 de dezembro do corrente ano, em São Paulo; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado *Pedro Kemp*, endereçada ao escritor, quadrinista e artista visual *Olímpio Leme*, pelo lançamento do livro "*Garcia - Luta, Fé e Justiça*", ocorrido no último dia 07 de novembro, na sede do Sindicato dos Bancários, em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado *Gerson Claro*, endereçada ao senhor *Marcênio Ribeiro Lopes*, pela conquista da *Copa do Mundo de Futsal da Fifa Uzbequistão 2024*; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada *Mara Caseiro*, endereçada aos professores e membros da comissão organizadora do 1º Concurso Estadual de Redação e Desenho da Escola do Legislativo Senador *Ramez Tebet* de Mato Grosso do Sul (Cerd); requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada *Mara Caseiro*, endereçada ao delegados da Polícia Civil, *Ana Claudia Oliveira Marques Medina*, *Thiago de Lucena e Silva* e *Alexandro Mendes de Araújo*, investigadores *Roberto Medina Filho*, *Luis Mário Correa Farias*, *Juliano Cesar Marques*, *Clodoaldo Silva Pereira*, *Glauber Alves Rodrigues*, *Caroliny Costa Gomes*, *Thales Ribeiro Mendes*, *Roberto Jose Joaquim*, *Rubens Vieira Borges Junior*; escrivães *Lucas das Neves Matos*, *Marcelle Rosa dos Santos*, *Christine Kelly Gonçalves da Silva*, *Amanda Gomes Dourado*, e ao policial penal *Aurintho de Oliveira Pedreira Júnior*, por terem deflagrado a *Operação Presente de Grego*; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada *Mara Caseiro*, endereçada às mulheres que compõem a *Rede Feminina Nacional e Estadual de Combate ao Câncer*; requerimento, de autoria da deputada *Mara Caseiro*, solicitando a reserva do Plenário *Nelito Câmara*, a fim de realizar reunião da *Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia da Pesca*; requerimento de informações, de autoria da deputada *Lia Nogueira*; indicações, de autoria dos deputados *Pedro Kemp*, *Caravina*, *João Henrique*, *Lia Nogueira*, *Neno Razuk*, *Lucas de Lima*, *Zé Teixeira*, *Paulo Duarte*, *Lidio Lopes*, *Antonio Vaz*, *Mara Caseiro*, *Zeca do PT* e *Jamilson Name*. O deputado *Marcio Fernandes* pediu vista da indicação, Protocolo nº 03639/2024, de autoria do deputado *Pedro Kemp*. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra o deputado *João Henrique*. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado *Júlio Maia*, dezoito de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado *Gerson Claro* - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado *Paulo Corrêa*, que proceda à leitura do Expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado *Paulo Corrêa* - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas. Senhor presidente, não há expediente a ser lido.

PRESIDENTE (deputado *Gerson Claro* - PP) — Quero registrar e agradecer a presença no nosso Plenário do senhor *Landmark Rios*, vereador eleito do município de Campo Grande; do senhor *Osvaldelino Escobar*, presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Mato Grosso do Sul, representando o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas; do senhor *Marcos Roberto Carvalho*, diretor executivo da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer); do senhor *Washington Willeman*, presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer). Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado *Pedro Kemp*. Por inversão, com a palavra, o deputado *Professor Rinaldo*.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. Tenho três indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia à secretária municipal de Saúde, doutora Rosana, solicitando manutenção e reparos na UPA do bairro Leblon. Chegou até o nosso gabinete essa reivindicação e a população está muito preocupada com essa situação, principalmente nesse período de chuva, quando as pessoas acabam não tendo o abrigo necessário, não têm remédio e não têm atendimento referente aos exames de especialidades. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, solicitando, com uma certa urgência, a manutenção da cobertura do Ginásio Jacques da Luz, que é um centro esportivo importante naquela região, visto que as crianças estão correndo risco de sofrer acidentes, já que a cobertura está na iminência de cair, além da manutenção das piscinas, em função do surto de dengue e outras situações adversas. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governo do estado, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a manutenção da MS-395, que liga o município Santa Rita do Pardo a Bataguassu. Todas essas reivindicações chegaram no nosso gabinete esta semana e a gente encaminha com certa urgência. Gostaria de registrar e agradecer a presença do vereador Landmark e de todos os senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Mário Rosa da Silva, superintendente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) com cópia ao senhor Lindomar Ferreira, coordenador do Distrito Sanitário Indígena de Mato Grosso do Sul, (Dsei), solicitando medidas urgentes no sentido de instalar um poço semiartesiano na Aldeia Limão Verde, no município de Amambai. Os representantes da Aldeia Limão Verde da Associação Alverde, buscaram o nosso mandato parlamentar solicitando apoio no sentido de garantir a instalação de dois poços semiartesianos, sendo um na Escola Municipal Polo Indígena Mbo'erenda Tupã'i Nandeva, e o outro para a Escola Estadual Extensão Brilho do Sol. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Washington Willeman de Souza, diretor-presidente da Agraer, solicitando a disponibilização de um resfriador de leite de mil litros para atender os moradores do assentamento Madeira, localizado no município Paraíso das Águas. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, com cópia ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão Empreendimentos (Agesul), solicitando a recuperação da MS-395, no trecho que liga o município de Bataguassu ao município de Santa Rita do Pardo. Os moradores da região alegam que a via se encontra quase intransitável, devido às precárias condições de conservação, o que vem ocasionando diversos acidentes. Senhor presidente, quero saudar a presença do senhor Washington Willeman, que está aqui com o pessoal da Agraer, para acompanhar a votação de



projetos de interesse da categoria; do Roberto, nosso companheiro, conhecido carinhosamente como Betão, e do vereador eleito Landmark, que também está prestigiando a nossa sessão hoje. Sejam bem-vindos. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Com a palavra, deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Trago nesta manhã um projeto de lei que dispõe sobre a instituição da Política Estadual de Apoio às Trilhas e Rotas Ecológicas, no estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Artigo 1º - Fica instituída a Política Estadual de Apoio às Trilhas e Rotas Ecológicas, no estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de promover a criação, manutenção e divulgação de trilhas e rotas ecológicas em todo o território estadual, em parceria com os municípios, comunidades locais, proprietários de terras e entidades privadas. Artigo 2º - Para fim desta lei, considera-se trilha ecológica: 1 - percurso em ambiente natural que valoriza e promove a conservação do patrimônio natural, incentivando o turismo sustentável e a educação ambiental. 2 - rota ecológica: conjunto de trilhas ecológicas interligadas, ou roteiros que combinem diferentes modalidades de turismo ecológico que promovam uma experiência de contato com a natureza. Artigo 3º - São diretrizes da Política Estadual de Apoio às Trilhas e Rotas Ecológicas: 1 - incentivar a criação de trilhas e rotas ecológicas e fortalecer as já existentes. 2 - estimular parceria entre municípios, comunidades locais e proprietários de terra, na criação de trilha e rotas ecológicas; 3 - fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável, incentivar a atividade que gera emprego e renda nas comunidades locais; 4 - promover a educação ambiental e a conscientização sobre a conservação do patrimônio natural e cultural. 5 - valorizar a entidade cultural e regional do estado de Mato Grosso do Sul; 6 - incentivar a sensibilidade, acessibilidade e inclusão nas trilhas e rotas ecológicas, promovendo a participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Artigo 4º - A implementação da Política Estadual de Apoio às Trilhas e Rotas Ecológicas poderá ser promovida por meio de: 1- incentivo à criação e manutenção de um cadastro on-line de trilhas e rotas, contendo mapeamento, características e informações sobre acessibilidade; 2 - promoção da carta catalogação de trilhas e rotas, de acordo com as suas características ecológicas, culturais, sociais e de acessibilidade; 3 - estímulo à sinalização e promoção nas trilhas e rotas em articulação com os municípios e entidades locais; 4 - integração das trilhas com políticas estaduais de turismo, cultura, meio ambiente e correlatas, visando fortalecer o turismo ecológico e sustentável; 5 - apoio à divulgação de trilhas e rotas cadastradas, incluindo o uso de tecnologias para campanhas informativas e educativas; 6 - incentivo a estudos e pesquisas sobre trilhas e rotas em parceria com instituições de ensino e pesquisa; 7 - fomento à formação de parcerias com organizações públicas e privadas para a promoção e gestão das trilhas e rotas; 8 - estímulo a eventos e atividades, em parceria com entidades privadas e organizações não governamentais, com vista à inclusão social e formação de guias locais; 9 - apoio à adaptação de trilhas acessíveis, promovendo mapeamento e classificação, conforme critérios e acessibilidade. A inscrição de trilhas e rotas poderá ser feita por entidades da sociedade civil organizada, comunidades locais e proprietários de terras, observadas as diretrizes estabelecidas em regulamento. Parágrafo 2º - O Poder Executivo poderá regulamentar as condições e procedimentos para a inscrição, catalogação e divulgação das trilhas e rotas, respeitando os critérios de sustentabilidade e inclusão. Justificativa. A criação da Política Estadual de Apoio às Trilhas e Rotas Ecológicas do estado de Mato Grosso do Sul é fundamental para promover a educação e conservação ambiental e o turismo sustentável, considerando a rica biodiversidade e os diversos ecossistemas presentes no estado, como o Pantanal, a Mata Atlântica,



o Cerrado, as trilhas e rotas ecológicas, que são ferramentas importantes para valorizar o patrimônio natural, incentivando não apenas a prática de atividades ao ar livre, mas também a conscientização sobre a preservação ambiental. Ao interagir com a natureza, os visitantes tornam-se mais conscientes da importância de conservar o meio ambiente para as futuras gerações, e a proposta visa também fomentar parcerias entre municípios, comunidades locais e proprietários de terras, promovendo o desenvolvimento econômico por meio do turismo sustentável. Esse modelo colaborativo tem potencial para gerar emprego e renda, especialmente nas comunidades próximas às trilhas e rotas, fortalecendo a economia local e criando oportunidades para os moradores de regiões com alto valor ecológico. Outro aspecto essencial é a inclusão de diretrizes que asseguram acessibilidade nas trilhas, permitindo que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, possam desfrutar da natureza. Essa promoção da inclusão social não apenas favorece as pessoas com deficiência, mas também enriquece a experiência de todos os visitantes. A implementação dessa política é uma ação estratégica que alia a conservação ambiental à promoção da cultura local e do turismo sustentável, consolidando o Mato Grosso do Sul como um importante destino ecoturístico. Por essas razões, solicito o apoio dos nobres colegas para aprovação desse projeto de lei que contribuirá significativamente para a preservação ambiental e para o desenvolvimento social e econômico do nosso estado. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares. Eu gostaria de cumprimentar as categorias que hoje estão presentes aqui na Assembleia Legislativa, e também os funcionários públicos, lembrando do nosso compromisso de valorização. Podem contar com o nosso voto favorável. Tenho aqui uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e ao presidente da Agesul, solicitando que seja realizada a manutenção de uma ponte sobre o rio Aquidauana, localizada em via vicinal entre a BR-262 e o Recanto Noara, na divisa entre os municípios de Aquidauana e Terenos. Esse pleito atende a um pedido do líder comunitário Taffarel, que é um parceiro nosso. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos policiais militares que integram a Banda de Música da Polícia Militar, que participaram do evento de entrega da Medalha Coronel Adib, na última quarta-feira, no Plenário Deputado Júlio Maia. Solicito a aprovação dos nobres pares para que possamos reconhecer o grande trabalho feito pela Banda de Música da Polícia Milita. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, colegas deputados, deputadas, senhoras e senhores, àqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems e também aos servidores da Agraer que se fazem presentes nesta Sessão Ordinária. Tenho aqui um requerimento. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder, solicitando providências necessárias para que sejam incluídos os deputados que



subscrevem o presente requerimento como coautores no PL nº 263/2024, que proíbe o uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos pelos alunos nas unidades escolares da rede pública e privada de ensino, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, de minha autoria. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, caros colegas deputados, quero saudar os companheiros da Agraer e da Iagro, pelo reconhecimento histórico do piso nacional. Quero parabenizar o governador Eduardo Riedel por avançar com esse projeto no sentido salarial, visto que ele é muito importante para esses servidores que muito têm feito para o nosso estado. É sempre bom ver aqui colegas de faculdade, o Peruca, o Batô, o Washington, o Betão, enfim todos os representantes da Agraer. Tenho aqui uma indicação, uma moção de pesar e uma moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando, em caráter urgência, a realização de obras de recapeamento da rodovia MS-141, no trecho que liga o município de Ivinhema a Naviraí, já que esse é um trecho de escoação de produção e de trânsito de bitrens. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da senhora Adriana Rolim Pereira Rocha, falecida no dia de ontem, 19 de novembro de 2024. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhada uma moção de congratulação à nova diretoria da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Campo Grande (BPW), pela posse da presidente, senhora Ianê Geni da Silva Milan Simões. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados. Quero cumprimentar os servidores da Agraer que se fazem presentes, o diretor-presidente, senhor Washington, e em seu nome parabenizar a todos pela conquista em razão do projeto de lei que está em tramitação nesta Casa. Senhor presidente, solicito a Vossa Excelência a retirada do Projeto de Emenda Constitucional nº 001/2023, de minha autoria, que trata da alteração do nome da Fundação de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia do estado (Fundect), em razão de um projeto muito mais abrangente que será encaminhado nos próximos dias pelo governo estadual. Portanto, em tratativa com o secretário de estado de Governo e com a diretora de Assuntos Legislativos do estado, nós entendemos por bem retirar para que esse novo projeto que trata de matéria análoga, possa ser apreciado por esta Casa. Também, senhor presidente, para apresentar aqui três indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja feito um estudo de viabilidade para instalação de um bebedouro ao ar livre, em frente à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, seguindo o exemplo do modelo já implementado pelo Tribunal de Contas do estado. Esse equipamento proporcionará acesso à água potável, de forma gratuita e acessível, promovendo o bem-estar do cidadãos que se utilizam desse espaço para a prática de atividades esportivas e recreativas, além de contribuir, diretamente, para a saúde e o conforto dos usuários do espaço



público. Essa iniciativa reforça o papel do Poder Legislativo em atender à demanda da população. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, e ao senhor Alexandre Visleu, coordenador da Prefeitura do Parque dos Poderes, por cópias autônomas, solicitando estudo de viabilidade para instalação de bebedouros ao ar livre em toda a extensão da pista de caminhada do Parque dos Poderes, visto que atualmente só existe um bebedouro ao ar livre, localizado em frente ao Tribunal de Contas do estado. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: um projeto de lei (Prot. nº 3733/2024). De autoria do deputado Caravina: um projeto de lei (Prot. nº 3715/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma indicação (Prot. nº 3712/2024); três requerimentos (Prot. nºs 3711/2024, 03710/2024, 03709/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 3727/2024, 3726/2024, 3728/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 3714/2024, 3713/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 3722/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: quatro indicações (Prot. nºs 3734/2024, 3731/2024, 3730/2024, 3729/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um projeto de lei (Prot. nº 03716/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: três indicações (Prot. nºs 03721/2024, 03720/2024, 3719/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 03718/2024, 3717/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Comunico aos senhores deputados que recebemos do Tribunal de Contas, acórdão relativo à prestação das contas anuais de 2023, da Assembleia Legislativa, com prestação de contas aprovada, por unanimidade, conforme a legislação que trata da quitação regular de contas, ano de 2023. Item 1. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 245/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 64/2024. "Altera a redação dos anexos das Leis nº 4.188, de 17 de maio de 2012; nº 4.196, de 23 de maio de 2012, nº 4.455, de 18 de dezembro de 2013; nº 4.494, de 3 de abril de 2014, e nº 4.889, de 26 de julho de 2016, para os fins que menciona". O objetivo é alterar a redação dos anexos das leis que tratam das tabelas de subsídios de servidores do Poder Executivo estadual. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, pela ordem.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu gostaria de justificar a ausência da deputada Gleice Jane, que está acompanhando a ministra Cida Gonçalves e a ministra Sônia Guajajara, em um evento em Ponta Porã, para assinatura de convênios com a Itaipu Binacional.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — É com muita satisfação que voto nesse projeto que trata da elevação do salário dos servidores da Agraer ao piso nacional, o que é muito importante para a nossa categoria. Voto sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, fico muito feliz pelo reconhecimento dos servidores da Agraer, da Iagro, lembrando que estamos votando também o projeto da Cultura, que tem uma parte da SAD. Esse é o reconhecimento a todo o trabalho da Agraer, da Iagro, da Cultura, enfim, de todos os servidores que estão sendo contemplados com esse reajuste salarial. Parabéns ao governador Eduardo Riedel que entendeu a importância dessa valorização e reconhecimento dos servidores desses segmentos. Voto sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, eu também quero parabenizar a todos os quinhentos servidores da Agraer que são muito importantes no atendimento à agricultura familiar, assentados, indígenas, e quilombolas. Voto sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu quero declarar o voto favorável, mas longe de ter o entendimento de que isso é medida de justiça aos servidores de carreira do estado. Aqui nesta Casa, não faz muito tempo, eu vi cargos comissionados tendo reajuste de 140%, então vocês estão recebendo nada mais, nada menos do que aquilo que têm direito. Parabéns pela mobilização e pela conquista de vocês. Estarei lutando para que vocês sejam



tratados com a mesma régua, na mesma balança dos cargos comissionados deste estado. Obrigado.

Projeto de Lei nº 245/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à Segunda. Parabéns a todas as categorias, ao governo e a todos os deputados pela iniciativa. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 246/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.780, de 13 de dezembro de 2021, nos termos que menciona, e dá outras providências. Promove ajustes na Lei nº 5.780, de 13 de dezembro de 2021, que organiza a carreira Gestão de Planejamento e Orçamento, integrada por cargos efetivos do Grupo Gestão Governamental do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo estadual, com o objetivo de reestruturar os cargos, as classes e as referências do desenvolvimento funcional dos integrantes dessas carreiras." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente. Apenas para declarar o meu voto, porque eu não estou conseguindo acessar aqui no painel virtual. Voto sim.

Projeto de Lei nº 246/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.



DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezanove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 247/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 66/2024. "Altera a redação e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.179, de 21 de dezembro de 2023, que dispõe sobre os cargos, as atribuições e o sistema remuneratório dos servidores da carreira Procurador de Entidades Públicas, em extinção, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.



Projeto de Lei nº 247/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 248/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 67/2024 – " Altera a redação de dispositivo da Lei nº 401, de 22 de novembro de 1983, e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.149, de 27 de dezembro de 2017, nos termos que especifica". O objetivo é possibilitar o pagamento de verba indenizatória denominada plano de assistência médico-social aos servidores ativos e aos aposentados da carreira Atividades de Apoio Fazendário, a ser custeada pelo Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades Fazendárias (Funfaz), instituído pela Lei nº 401, de 22 de novembro de 1983. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, apenas para justificar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, essa é uma luta antiga que eu tenho acompanhado da carreira do Apoio Fazendário. Esse auxílio-saúde é extremamente importante e vem na mesma esteira do auxílio concedido ao grupo TAF, cujo valor será arcado pelo Funfaz, que é um fundo da Secretaria de Estado de Fazenda. Então, é também uma vitória para a carreira de apoio com o aceite por parte do Conselho do Funfaz, e isso sem sombra de dúvida vai contribuir muito com essa carreira de apoio que dá suporte às ações da Secretaria de Fazenda. Voto sim.

Projeto de Lei nº 248/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa – PSDB.

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.



DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezanove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 5 . Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, vinte e uma indicações, duas moções de aplauso, três moções de louvor e quatro moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Eu gostaria de fazer um convite



especial aos senhores deputados, para a partida internacional de futebol em homenagem ao presidente da Câmara, o vereador Carlão, que ocorrerá neste sábado, às 9:30h, na Chácara Sossego, no Aeroporto Santa Maria.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu quero saber se o técnico da Assembleia Legislativa, deputado Paulo Corrêa, está convidado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Treinador. Registramos e agradecemos a presença do senhor Ademar Pereira Junior, o Coringa, vereador de Campo Grande; do José Alves e do José Pimenta, vereador de Rio Verde. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Não há oradores inscritos. Solicito aos senhores deputados que se dediquem às comissões de mérito e aos projetos, porque nós temos prazo para votar até o começo de dezembro. Desde já agradeço o empenho de todos. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente sessão (10h44min).